



**ROGÉRIO
GRECO**

**VOLUME
1**

CURSO DE
DIREITO PENAL

PARTE GERAL

21ª edição

Revista, ampliada e atualizada
até 1º de janeiro de 2019

**ARTIGOS 1º A 120
DO CÓDIGO PENAL**



Niterói, RJ

2019

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Notas Preliminares	1
1. Introdução	1
2. Finalidade do Direito Penal	2
3. A seleção dos bens jurídico-penais	4
4. Códigos Penais do Brasil	5
5. Direito Penal Objetivo e Direito Penal Subjetivo	7
6. Modelo penal garantista de Luigi Ferrajoli	8
6.1. Dez axiomas do garantismo penal	10
7. Privatização do Direito Penal	11
8. O Direito Penal Moderno	12
 Capítulo 2 – Evolução Histórica do Direito Penal e Escolas Penais	 15
1. Introdução	15
1.1. Vingança privada	16
1.2. Vingança divina	17
1.3. Vingança pública	18
2. Direito Penal na Grécia Antiga. Direito Penal Romano. Direito Penal Germânico. Direito Penal Canônico	19
2.1. Direito Penal na Grécia Antiga	19
2.2. Direito Penal romano	19
2.3. Direito Penal germânico	21
2.4. Direito Penal canônico	22
3. Período Humanitário	23
3.1. A importância da obra de Beccaria	25
3.2. John Howard e a reforma penitenciária	32
3.3. Jeremy Bentham e sua influência no sistema penitenciário	36
4. Período Criminológico	39
5. Escolas Penais	43
5.1. Introdução	43
5.2. Escola Clássica	49

5.3.	Escola Positiva.....	52
5.4.	Outras Escolas	55
5.4.1.	Terceira Escola (<i>Terza Scuola</i>).....	55
5.4.2.	Escola Moderna alemã	56
5.4.3.	Escola Técnico-Jurídica.....	57
5.4.4.	Escola Correcionalista.....	57
5.4.5.	Escola da Nova Defesa Social.....	58

Capítulo 3 – Fontes do Direito Penal 61

1.	Conceito	61
2.	Espécies	61

Capítulo 4 – Da Norma Penal..... 65

1.	Introdução	65
2.	Teoria de <i>Binding</i>	65
3.	Classificação das normas penais.....	67
3.1.	Normas penais incriminadoras e normas penais não incriminadoras.....	67
3.2.	Normas penais em branco (primariamente remetidas)	68
3.2.1.	Ofensa ao princípio da legalidade pelas normas penais em branco heterogêneas.....	71
3.3.	Normas penais incompletas ou imperfeitas (secundariamente remetidas)	73
4.	Anomia e antinomia.....	74
5.	Concurso (ou conflito) aparente de normas penais	75
5.1.	Princípio da especialidade	76
5.2.	Princípio da subsidiariedade.....	76
5.3.	Princípio da consunção	78
5.3.1.	Crime progressivo e progressão criminosa	80
5.4.	Princípio da alternatividade.....	81

Capítulo 5 – Interpretação e Integração da Lei Penal..... 83

1.	Introdução	83
2.	Espécies de interpretação	83
3.	Interpretação analógica.....	91
4.	Interpretação conforme a Constituição	92
5.	Dúvidas em matéria de interpretação	93
6.	Analogia	94
6.1.	Juiz como legislador positivo e como legislador negativo.....	96

Capítulo 6 – Princípio da Intervenção Mínima 97

Capítulo 7 – Princípio da Lesividade 101

Capítulo 8 – Princípio da Adequação Social..... 105

Capítulo 9 – Princípio da Fragmentariedade	109
Capítulo 10 – Princípio da Insignificância.....	111
1. Introdução	111
2. Tipicidade penal.....	113
3. Rejeição ao princípio da insignificância.....	114
Capítulo 11 – Princípio da Individualização da Pena	119
1. Fases da individualização da pena	119
2. Individualização da pena e a Lei nº 8.072/90.....	121
Capítulo 12 – Princípio da Proporcionalidade	125
1. Introdução	125
2. Proibição de excesso e Proibição de proteção deficiente	127
Capítulo 13 – Princípio da Responsabilidade Pessoal.....	129
Capítulo 14 – Princípio da Limitação das Penas.....	133
1. Introdução	133
2. Penas de morte e de caráter perpétuo.....	134
3. Pena de trabalhos forçados	135
4. Pena de banimento.....	136
5. Penas cruéis	136
Capítulo 15 – Princípio da Culpabilidade	139
Capítulo 16 – Princípio da Legalidade	143
1. O Estado de Direito e o princípio da legalidade.....	143
2. Introdução ao princípio da legalidade penal	144
3. Funções do princípio da legalidade	146
4. Legalidade formal e legalidade material.....	148
5. Vigência e validade da lei	149
6. Termo inicial de aplicação da lei penal.....	150
7. Medidas provisórias regulando matérias penais.....	152
8. Diferença entre princípio da legalidade e princípio da reserva legal.....	155
Capítulo 17 – Princípio da Extra-atividade da Lei Penal	157
1. Introdução	157
2. Tempo do crime.....	158

3. Extra-atividade da lei penal – Espécies	159
4. <i>Novatio legis in melius</i> e <i>novatio legis in pejus</i>	160
4.1. Aplicação da <i>novatio legis in pejus</i> nos crimes permanentes e continuados....	161
5. <i>Abolitio criminis</i>	162
5.1. Efeitos da <i>abolitio criminis</i>	162
5.2. <i>Abolitio criminis temporalis</i>	163
5.3. Princípio da continuidade normativo-típica	165
6. Sucessão de leis no tempo	166
6.1. Lei intermediária	167
6.2. Sucessão de leis temporárias ou excepcionais.....	167
6.3. Sucessão de complementos da norma penal em branco	169
7. Combinação de Leis	171
8. Competência para aplicação da <i>lex mitior</i>	173
9. Apuração da maior benignidade da lei.....	174
10. Irretroatividade da <i>lex gravior</i> e medidas de segurança.....	174
11. Aplicação da <i>lex mitior</i> durante o período de <i>vacatio legis</i>	175
12. <i>Vacatio legis</i> indireta.....	176
13. A retroatividade da jurisprudência.....	177

Capítulo 18 – Princípio da Territorialidade..... 179

1. Lugar do crime.....	179
2. Territorialidade	180

Capítulo 19 – Princípio da Extraterritorialidade..... 183

Capítulo 20 – Disposições sobre a Aplicação da Lei Penal..... 187

1. Eficácia da sentença estrangeira.....	187
2. Contagem de prazo	188
3. Frações não computáveis na pena.....	189
4. Legislação especial.....	190

Capítulo 21 – Conceito e Evolução da Teoria do Crime 191

1. Noções fundamentais.....	191
2. Infração penal.....	193
3. Diferença entre crime e contravenção.....	194
4. Ilícito penal e ilícito civil.....	196
5. Conceito de crime.....	197
6. Conceito analítico de crime	199
7. Conceito de crime adotado por Damásio, Dotti, Mirabete e Delmanto	202
8. Dogmática do delito.....	203

Capítulo 22 – Classificação Doutrinária das Infrações Penais..... 205

1. Classificação doutrinária das infrações penais.....	205
1.1. Crimes e contravenções penais.....	205
1.2. Crimes comissivos, crimes omissos (próprios e impróprios) e crimes de conduta mista.....	206
1.3. Crime consumado e crime tentado	208
1.4. Crimes de ação pública e crimes de ação privada.....	209
1.5. Crimes dolosos e crimes culposos.....	210
1.6. Crime impossível e crime putativo.....	211
1.7. Crime material, crime formal e crime de mera conduta	212
1.8. Crime comum, crime próprio e crime de mão própria.....	213
1.9. Crimes hediondos	215
1.10. Crimes militares próprios e impróprios	218
1.11. Crimes qualificados pelo resultado (crimes preterdolosos ou preterintencionais)	219
1.12. Crime continuado	220
1.13. Crimes multitudinários	221
1.14. Crimes de dano e crimes de perigo (abstrato e concreto)	222
1.15. Crimes simples e crimes complexos	224
1.16. Crimes qualificados e crimes privilegiados.....	225
1.17. Crime de bagatela	227
1.18. Crime falho.....	227
1.19. Crimes instantâneos, crimes permanentes e crimes instantâneos de efeitos permanentes	227
1.20. Crime a prazo.....	229
1.21. Delitos de intenção: crimes de resultado cortado e crimes mutilados de dois atos	229
1.22. Crimes comuns, crimes políticos e crimes de opinião	229
1.23. Crimes a distância, crimes plurilocais e crimes em trânsito.....	232
1.24. Crimes habituais.....	232
1.25. Crimes principais e crimes acessórios.....	233
1.26. Infrações penais de menor potencial ofensivo.....	234
1.27. Crimes monossubjetivos e crimes plurissubjetivos.....	235
1.28. Crimes uniofensivos e crimes pluriofensivos	236
1.29. Crimes de subjetividade passiva única e crimes de subjetividade passiva dupla.....	236
1.30. Crime de ímpeto	236
1.31. Crime progressivo.....	237
1.32. Crimes exauridos	237
1.33. Crimes de atentado ou de empreendimento.....	238
1.34. Crimes vagos	238
1.35. Crimes ambientais.....	238
1.36. Crimes unissubsistentes (ou monossubsistentes) e crimes plurissubsistentes.....	239
1.37. Crimes transeuntes e crimes não transeuntes	239
1.38. Crimes conexos	240

1.39.	Crimes falimentares.....	240
1.40.	Crimes de responsabilidade.....	241
1.41.	Crimes subsidiários	242
1.42.	Crimes funcionais	242
1.43.	Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado.....	243
1.44.	Crimes de forma livre e crimes de forma vinculada	244
1.45.	Crimes de ensaio ou de experiência (flagrante preparado ou provocado).....	245
1.46.	Crimes remetidos.....	245
1.47.	Crimes aberrantes	246
1.48.	Crimes internacionais.....	247
1.49.	Crimes emergentes	247
1.50.	Crimes condicionados e crimes incondicionados.....	247
1.51.	Crimes de trânsito	248
1.52.	Crimes de acumulação ou crimes de dano cumulativo.....	248

Capítulo 23 – Conduta 249

1.	Conduta.....	249
2.	Conceito de ação – Causal, final e social.....	250
3.	Condutas dolosas e culposas	252
4.	Condutas comissivas e omissivas.....	253
5.	Ausência de conduta.....	254
6.	Fases de realização da ação	256

Capítulo 24 – Tipo Penal..... 259

1.	Conceito	259
2.	Tipicidade penal = Tipicidade formal + Tipicidade conglobante.....	260
3.	Adequação típica.....	264
4.	Fases da evolução do tipo.....	266
5.	Teoria dos elementos negativos do tipo.....	268
6.	Injusto penal (injusto típico)	269
7.	Tipo básico e tipos derivados.....	270
8.	Tipos normais e tipos anormais.....	270
9.	Tipos fechados e tipos abertos.....	271
10.	Tipos congruentes e tipos incongruentes	272
11.	Tipo simples e tipo misto	272
12.	Tipo complexo.....	275
13.	Elementares	276
14.	Elementos que integram o tipo.....	276
15.	Elementos específicos dos tipos penais.....	278
16.	Funções do tipo.....	287

Capítulo 25 – Tipo Doloso	289
1. Dispositivo legal	289
2. Conceito de dolo	289
3. O dolo no Código Penal	292
4. Teorias do dolo	292
5. Teorias adotadas pelo Código Penal	294
6. Espécies de dolo	294
7. Dolo geral (hipótese de erro sucessivo)	297
8. Dolo genérico e dolo específico	298
9. Dolo normativo (<i>dolus malus</i>)	299
10. Dolo subsequente (<i>dolus subsequens</i>)	299
11. Dolo de propósito e dolo de ímpeto	300
12. Ausência de dolo em virtude de erro de tipo	300
13. Dolo e crime de perigo	301
14. Dolo eventual e teoria da cegueira deliberada (cegueira intencional ou <i>willful blindness</i> , do mundo anglo-saxão)	302
 Capítulo 26 – Tipo Culposo	 305
1. Dispositivo legal	305
2. Conceito e elementos do delito culposo	305
3. Imprudência, imperícia e negligência	312
4. Crime culposo e tipo aberto	314
5. Culpa consciente e culpa inconsciente	315
6. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual	315
6.1. Dolo eventual ou culpa consciente nos delitos praticados na direção de veículos automotores	316
7. Culpa imprópria	321
8. Compensação e concorrência de culpas	322
9. Excepcionalidade do crime culposo	323
10. Culpa presumida	323
11. Tentativa nos delitos culposos	323
12. Princípio da confiança e crimes culposos	324
 Capítulo 27 – Relação de Causalidade	 327
1. Dispositivo legal	327
2. Relação de causalidade	327
3. Do resultado de que trata o <i>caput</i> do art. 13 do Código Penal	328
4. Teorias sobre a relação de causalidade	329
5. Regressão em busca das causas do resultado	332

6. Processo hipotético de eliminação.....	332
7. Ocorrência do resultado	334
8. Espécies de causas	334
8.1. Causa absolutamente independente	335
8.2. Causa relativamente independente.....	337
9. Omissão como causa do resultado	341
10. Ação esperada.....	342
11. Crimes omissivos próprios e impróprios	343
12. Relevância da omissão.....	346
13. A posição de garantidor	348
13.1. Cominação de pena diferenciada ao garantidor	350
14. Crimes omissivos por comissão	351
15. Teoria da imputação objetiva	351

Capítulo 28 – Consumação e Tentativa 363

1. Dispositivo legal	363
2. <i>Iter criminis</i>	363
3. Consumação	364
4. Não punibilidade da cogitação e dos atos preparatórios	365
5. Diferença entre atos preparatórios e atos de execução	366
6. Dúvida se o ato é preparatório ou de execução	369
7. Tentativa e adequação típica de subordinação mediata	369
8. Elementos que caracterizam o crime tentado.....	370
9. Tentativa perfeita e imperfeita.....	371
10. Tentativa e contravenção penal	372
11. Crimes que não admitem a tentativa.....	372
12. Tentativa e crime complexo.....	374
13. Tentativa branca.....	377
14. Teorias sobre a punibilidade do crime tentado	377
15. Punição da tentativa como delito autônomo	378
16. Tentativa e aplicação da pena.....	379
17. Tentativa e dolo eventual.....	379

Capítulo 29 – Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz 385

1. Dispositivo legal	385
2. Desistência voluntária	385
2.1. Introdução.....	385
2.2. Desistência voluntária e política criminal.....	386
2.3. A desistência deve ser voluntária, e não espontânea	386
2.4. Fórmula de Frank.....	387

2.5. Responsabilidade do agente somente pelos atos já praticados.....	389
2.6. Agente que possui um único projétil em seu revólver.....	389
3. Arrependimento eficaz.....	390
4. Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	390
5. Diferença entre desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	391
6. Não impedimento da produção do resultado.....	391

Capítulo 30 – Arrependimento Posterior 393

1. Dispositivo legal.....	393
2. Natureza jurídica.....	393
3. Política criminal.....	393
4. Momentos para a reparação do dano ou restituição da coisa.....	394
5. Infrações penais que possibilitam a aplicação do arrependimento posterior.....	394
6. Ato voluntário do agente.....	395
7. Reparação ou restituição total, e não parcial.....	396
8. Extensão da redução aos coautores.....	397
9. Cooperação dolosamente distinta e arrependimento posterior.....	398
10. Diferença entre arrependimento posterior e arrependimento eficaz.....	399
11. A Súmula nº 554 do STF.....	399
12. Reparação do dano após o recebimento da denúncia.....	401
13. Reparação dos danos e a Lei nº 9.099/95.....	401
14. Arrependimento posterior e crime culposos.....	402
15. Aplicação mais benéfica ao agente.....	403

Capítulo 31 – Crime Impossível..... 405

1. Dispositivo legal.....	405
2. Introdução.....	405
3. Teorias sobre o crime impossível.....	405
4. Absoluta ineficácia do meio.....	406
5. Meio relativamente ineficaz.....	407
6. Absoluta impropriedade do objeto.....	408
7. Objeto relativamente impróprio.....	408
8. O crime impossível e a Súmula nº 145 do STF.....	409
9. Diferença entre crime impossível e crime putativo.....	410

Capítulo 32 – Agravação pelo Resultado..... 411

1. Dispositivo legal.....	411
2. Inovação das disposições contidas no art. 19 do Código Penal.....	411
3. Crimes qualificados pelo resultado.....	412

4. Finalidade do art. 19 do código penal.....	413
5. Crítica aos crimes preterdolosos	414

Capítulo 33 – Erro de Tipo 415

1. Dispositivo legal	415
2. Conceito de erro e sua distinção da ignorância	415
3. Erro de tipo.....	416
4. Consequências do erro de tipo.....	417
5. Erro de tipo essencial e erro accidental.....	419
6. Discriminantes putativas.....	421
6.1. Efeitos das discriminantes putativas.....	423
6.2. Hipóteses de erro nas discriminantes putativas	424
7. As discriminantes putativas e as teorias extremada (estrita) e limitada da culpabilidade	425
8. Teoria da culpabilidade que remete às consequências jurídicas.....	427
9. Delito putativo por erro de tipo.....	428
10. Erro de subsunção.....	428

Capítulo 34 – Ilícitude 429

1. Conceito	429
2. Ilícitude formal e material	430
3. A ilicitude no conceito analítico de crime	431
4. Causas de exclusão da ilicitude.....	432
5. Elementos objetivos e subjetivos nas causas de exclusão da ilicitude.....	433
6. Causas legais de exclusão da ilicitude.....	435
7. Estado de necessidade.....	436
7.1. Conceito – Elementos.....	436
7.2. Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante	438
7.3. Prática de fato para salvar de perigo atual.....	440
7.4. Perigo provocado pelo agente	441
7.5. Evitabilidade do dano	442
7.6. Estado de necessidade próprio e de terceiros.....	444
7.7. Razoabilidade do sacrifício do bem	445
7.8. Dever legal de enfrentar o perigo	447
7.9. Estado de necessidade defensivo e agressivo.....	448
7.10. Elemento subjetivo no estado de necessidade.....	448
7.11. Excesso no estado de necessidade	450
7.12. <i>Aberratio</i> e estado de necessidade	450
7.13. Estado de necessidade putativo	450
7.14. Estado de necessidade e dificuldades econômicas	451
7.15. Efeitos civis do estado de necessidade	453

8.	Legítima defesa.....	456
8.1.	Conceito e finalidade	456
8.2.	Bens amparados pela legítima defesa.....	457
8.3.	Espécies de legítima defesa.....	458
8.4.	Injusta agressão.....	460
8.5.	Diferença entre agressão injusta e provocação injusta	461
8.5.1.	Provocação para criação de situação de legítima defesa	463
8.6.	Meios necessários.....	463
8.7.	Moderação no uso dos meios necessários	465
8.8.	Atualidade e iminência da agressão.....	466
8.9.	Defesa de direito próprio ou de terceiro.....	468
8.10.	Elemento subjetivo na legítima defesa.....	468
8.11.	Legítima defesa e agressão de inimputáveis.....	470
8.12.	Legítima defesa recíproca	472
8.13.	Legítima defesa putativa <i>versus</i> legítima defesa autêntica (real)	473
8.14.	Legítima defesa <i>versus</i> estado de necessidade.....	473
8.15.	Excesso na legítima defesa.....	474
8.16.	Excesso intensivo e extensivo.....	478
8.17.	Excesso na causa	479
8.18.	Excesso exculpante.....	480
8.19.	Legítima defesa sucessiva	481
8.20.	Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	482
8.21.	Ofendículos.....	483
8.22.	Efeitos civis da legítima defesa	484
8.23.	Forças policiais que repelem agressão injusta.....	484
9.	Estrito cumprimento de dever legal	485
9.1.	Conceito e requisitos	485
9.2.	O esvaziamento do estrito cumprimento de dever legal como causa de exclusão da ilicitude em face da tipicidade conglobante	488
10.	Exercício regular de direito	491
11.	Consentimento do ofendido – conceito, finalidades e requisitos.....	491

Capítulo 35 – Culpabilidade 495

1.	Conceito	495
2.	Culpabilidade e perigosidade	496
3.	Livre-arbítrio e determinismo	497
4.	Evolução histórica da culpabilidade na teoria do delito.....	499
4.1.	Sistema causal-naturalista de Liszt-Beling (Sistema Clássico)	500
4.2.	Teoria normativa – Sistema neoclássico – Metodologia neokantista	504
4.3.	Teoria da ação final (Sistema Finalista)	506
4.4.	Teoria social da ação.....	509
4.5.	Funcionalismo teleológico ou moderado (Roxin) e Funcionalismo sistêmico ou radical (Jakobs)	510
5.	Culpabilidade de ato e culpabilidade de autor.....	511

6.	Elementos da culpabilidade na concepção finalista	513
6.1.	Imputabilidade (capacidade de culpabilidade)	513
6.1.1.	Denúncia oferecida em face de um inimputável e de um semi-imputável.....	519
6.1.2.	Emoção e paixão	520
6.1.3.	Embriaguez.....	522
6.2.	Potencial consciência sobre a ilicitude do fato.....	525
6.2.1.	Introdução.....	525
6.2.2.	Diferença entre o desconhecimento da lei e a falta de consciência sobre a ilicitude do fato	527
6.2.3.	Consciência real e consciência potencial sobre a ilicitude do fato.....	528
6.2.4.	Espécies de erro sobre a ilicitude do fato	528
6.2.5.	Erro sobre elementos normativos do tipo.....	531
6.2.6.	Consequências do erro de proibição.....	531
6.2.7.	Erro de proibição e delito putativo – Diferença	532
6.2.8.	Erro de validade.....	533
6.2.9.	Erro De Proibição Culturalmente Condicionado	533
6.3.	Exigibilidade de conduta diversa	534
6.3.1.	Conceito.....	534
6.3.2.	Causas legais de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de outra conduta.....	535
6.3.3.	Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade.....	540
6.3.3.1.	Objeção de consciência	541
6.3.4.	Aplicação, no Júri, das causas exculpantes supraleais	543
7.	Coculpabilidade.....	544

Capítulo 36 – Concurso de Pessoas 547

1.	Introdução	547
2.	Requisitos para o concurso de pessoas.....	547
3.	Teorias sobre o concurso de pessoas.....	549
4.	Autoria.....	550
4.1.	Introdução.....	550
4.2.	Conceito restritivo de autor.....	551
4.3.	Conceito extensivo de autor	553
4.4.	Teoria do domínio do fato	554
4.5.	Coautoria	556
4.6.	Autoria direta e indireta	557
4.7.	Autoria mediata e crimes de mão própria	559
4.8.	Coautoria e crimes de mão própria.....	561
4.9.	Autor intelectual.....	562
4.10.	Autor de determinação.....	563
4.11.	Autoria por convicção	564
4.12.	Coautoria sucessiva.....	564
4.13.	Autoria colateral, autoria incerta e autoria desconhecida	566
4.14.	Autoria de escritório (aparatos organizados de poder).....	568

5. Participação.....	569
5.1. Introdução.....	569
5.2. Culplicidade necessária.....	570
5.3. Teorias sobre a participação.....	571
5.4. Instigação a autores e a fatos determinados.....	573
5.5. Participação punível – desistência voluntária e arrependimento eficaz do autor.....	573
5.6. Arrependimento do partícipe.....	575
5.7. Tentativa de participação.....	577
5.8. Participação em cadeia (participação de participação).....	577
5.9. Participação sucessiva.....	578
5.10. Possibilidade de participação após a consumação.....	578
5.11. Participação por omissão.....	579
5.12. Impunibilidade da participação.....	580
5.13. Participação de menor importância.....	580
5.14. Participação em crime menos grave (desvio subjetivo de conduta).....	581
5.15. Culplicidade e favorecimento real.....	583
6. Punibilidade no concurso de pessoas.....	585
7. Circunstâncias comunicáveis.....	586
8. Crimes multitudinários.....	588
9. Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	590
9.1. Crimes omissivos próprios e impróprios – Distinção.....	590
9.1.1. Coautoria em crimes omissivos (próprios e impróprios).....	593
9.1.2. Participação em crimes omissivos (próprios e impróprios).....	595
10. Concurso de pessoas em crimes culposos.....	596
10.1. Introdução.....	596
10.2. Coautoria em delitos culposos.....	597
10.3. Participação em crimes culposos.....	598

Capítulo 37 – Das Penas..... 601

1. Introdução.....	601
2. Origem das penas.....	602
3. Finalidades das penas – Teorias absolutas e relativas.....	605
4. Teoria adotada pelo art. 59 do Código Penal.....	607
5. Críticas aos critérios de prevenção geral e especial.....	607
6. Sistemas prisionais.....	609
7. Espécies de penas.....	612
8. Penas privativas de liberdade.....	613
8.1. Reclusão e detenção.....	613
8.2. Regimes de cumprimento de pena.....	614
8.3. Fixação legal do regime inicial de cumprimento de pena.....	615
8.4. A Lei nº 8.072/90 e a imposição do cumprimento inicial da pena em regime fechado nos crimes nela previstos.....	617
8.5. Lei de tortura e regime inicial de cumprimento de pena.....	619

8.6.	Lei de Lavagem de Capitais (Lei nº 9.613/98) e fixação do regime aberto nas hipóteses de delação premiada	622
8.7.	Impossibilidade de cumprimento de pena em regime mais gravoso do que o determinado na sentença penal condenatória	622
8.8.	Regras do regime fechado	625
8.8.1.	Estabelecimento penal federal de segurança máxima	626
8.9.	Regras do regime semiaberto	627
8.10.	Regras do regime aberto	628
8.11.	A remição pelo estudo nos regimes semiaberto e aberto	630
8.12.	Progressão e regressão de regime	630
8.12.1.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 7, publicado em 19 de fevereiro de 2014, sobre falta grave em execução penal	637
8.13.	Regime especial	639
8.14.	Direitos do preso	639
8.14.1.	Gestantes e mães presas	642
8.14.2.	Parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil	644
8.15.	Trabalho do preso e remição da pena	645
8.16.	Remição pelo estudo	647
8.17.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 12, publicado em 14 de maio de 2014, sobre remição	648
8.18.	Superveniência de doença mental	649
8.19.	Detração	650
8.20.	Prisão especial	652
8.21.	Prisão-albergue domiciliar	654
8.22.	Uso de algemas	657
8.23.	Monitoramento eletrônico	660
8.23.1.	Introdução	660
8.23.2.	Tecnologias de controle de primeira, segunda e terceira gerações	665
8.23.3.	Monitoramento e prisão preventiva	668
8.23.4.	Regulamentação do monitoramento	668
9.	Penas restritivas de direitos	670
9.1.	Introdução	670
9.1.1.	Possibilidade de aplicação de penas restritivas de direitos no delito de tráfico de drogas	672
9.2.	Espécies de penas restritivas de direitos	673
9.3.	Requisitos para a substituição	675
9.4.	Duração das penas restritivas de direitos	677
9.5.	Prestação pecuniária	677
9.5.1.	Violência doméstica e familiar contra a mulher	679
9.6.	Perda de bens e valores	681
9.7.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	684
9.8.	Interdição temporária de direitos	685
9.8.1.	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo	685

9.8.2.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou de autorização do Poder Público.....	686
9.8.3.	Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	687
9.8.4.	Proibição de frequentar determinados lugares	687
9.8.5.	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos ...	688
9.9.	Limitação de fim de semana.....	688
9.10.	Conversão das penas restritivas de direitos.....	689
9.11.	Execução provisória da pena restritiva de direitos.....	691
10.	Pena de multa	691
10.1.	Introdução.....	691
10.2.	Sistema de dias-multa.....	693
10.2.1.	Pena de multa na Lei nº 11.343/2006	694
10.3.	Aplicação da pena de multa.....	694
10.4.	Pagamento da pena de multa.....	695
10.5.	Execução da pena de multa	695
10.6.	Competência para a execução da pena de multa.....	698
11.	Aplicação da pena.....	701
11.1.	Introdução.....	701
11.2.	Cálculo da pena.....	702
11.3.	Circunstâncias judiciais.....	706
11.3.1.	Culpabilidade	706
11.3.2.	Antecedentes.....	706
11.3.3.	Conduta social	708
11.3.4.	Personalidade do agente.....	709
11.3.5.	Motivos	709
11.3.6.	Circunstâncias	710
11.3.7.	Consequências do crime.....	711
11.3.8.	Comportamento da vítima	711
11.3.9.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 26, publicado em 10 de dezembro de 2014, sobre aplicação da pena – circunstâncias judiciais.....	712
11.4.	Circunstâncias atenuantes e agravantes.....	714
11.4.1.	Circunstâncias agravantes.....	715
11.4.2.	Circunstâncias atenuantes	727
11.4.3.	Circunstâncias atenuantes inominadas.....	732
11.4.4.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	732
11.4.5.	Tribunal do júri.....	734
11.4.6.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, publicada na edição nº 29, sobre aplicação da pena – agravantes e atenuantes	734

Capítulo 38 – Concurso de Crimes..... 737

1.	Introdução	737
2.	Concurso material ou real de crimes.....	738
2.1.	Introdução.....	738
2.2.	Requisitos e consequências do concurso material ou real	739

2.3.	Concurso material homogêneo e heterogêneo	741
2.4.	Concurso material e penas restritivas de direitos	741
3.	Concurso formal ou ideal de crimes	742
3.1.	Introdução.....	742
3.2.	Requisitos e consequências do concurso formal ou ideal.....	743
3.3.	Concurso formal homogêneo e heterogêneo.....	744
3.4.	Concurso formal próprio (perfeito) e impróprio (imperfeito)	745
3.5.	Concurso material benéfico.....	746
3.6.	Dosagem da pena	746
3.7.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 23, publicado em 29 de outubro de 2014, sobre concurso formal	747
4.	Crime continuado	748
4.1.	Introdução.....	748
4.2.	Natureza jurídica do crime continuado.....	749
4.3.	Requisitos e consequências do crime continuado	749
4.3.1.	Crimes da mesma espécie.....	750
4.3.2.	Condições de tempo, lugar, maneira de execução ou outras semelhantes.....	751
4.3.3.	Os crimes subsequentes devem ser havidos como continuação do primeiro	753
4.4.	Crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.....	756
4.5.	Crime continuado simples e crime continuado qualificado	756
4.6.	Consequências do crime continuado.....	757
4.7.	Concurso material benéfico.....	757
4.8.	Dosagem da pena no crime continuado	758
4.9.	Crime continuado e <i>novatio legis in pejus</i>	759
5.	Aplicação da pena no concurso de crimes	760
6.	Multa no concurso de crimes.....	760
7.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, boletim nº 17, publicado em 6 de agosto de 2014, sobre crime continuado I.....	761
8.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, boletim nº 20, publicado em 17 de setembro de 2014, sobre crime continuado II	762

Capítulo 39 – Dos Crimes Aberrantes 765

1.	Introdução	765
2.	Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	766
2.1.	<i>Aberratio ictus</i> e dolo eventual.....	768
3.	Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>).....	769
4.	Concurso material benéfico nas hipóteses de <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio criminis</i>	770
5.	<i>Aberratio causae</i>	771

Capítulo 40 – Limite das Penas.....	773
1. Introdução	773
2. Limite das penas	774
3. Tempo sobre o qual deverão ser procedidos os cálculos para a concessão dos “benefícios” legais.....	775
4. Condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena	777
Capítulo 41 – Suspensão Condicional da Pena	779
1. Introdução	779
2. Direito subjetivo do condenado ou faculdade do juiz?	780
3. Aplicação do <i>sursis</i>	780
4. Requisitos para a suspensão condicional da pena	782
5. Espécies de <i>sursis</i>	784
6. Revogação obrigatória.....	784
7. Revogação facultativa.....	786
8. Prorrogação automática do período de prova	787
9. Cumprimento das condições	787
10. Diferença entre o <i>sursis</i> e a suspensão condicional do processo.....	788
Capítulo 42 – Livramento Condicional.....	791
1. Introdução	791
2. Requisitos do livramento condicional	791
3. Condições para o cumprimento do livramento	798
4. Procedimento do livramento condicional.....	799
5. Necessidade de ser ouvido o Conselho Penitenciário para a concessão do livramento	800
6. Revogação do livramento condicional	801
7. Extinção da pena	803
8. Livramento condicional e execução provisória da sentença.....	804
Capítulo 43 – Dos Efeitos da Condenação	805
1. Introdução	805
2. Efeitos genéricos da condenação	806
3. Efeitos específicos da condenação	811
4. Efeitos da condenação nos crimes contra a propriedade imaterial.....	816
5. Efeitos da condenação no Delito de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	817
6. Efeitos da condenação na lei de tortura.....	817
7. Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal.....	818

8. Efeito da condenação na lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor	819
9. Efeitos da condenação na lei de licitações	819
10. Efeitos da condenação na lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária	819
11. Efeitos da condenação com relação a membros do ministério público e da magistratura	820
12. Efeitos da condenação na lei nº 12.850, De 2 de agosto de 2013 (organização criminosa).....	820
13. Identificação do perfil genético como efeito da condenação	821
14. Proibição de homenagem na denominação de bens públicos.....	821

Capítulo 44 – Da Reabilitação 823

1. Introdução	823
2. Aplicabilidade.....	824
3. Requisitos e competência para a análise do pedido	825
4. Recurso do indeferimento do pedido de reabilitação.....	825
5. Revogação da reabilitação.....	826

Capítulo 45 – Medidas de Segurança..... 827

1. Introdução	827
2. Espécies de medidas de segurança	829
3. Início do cumprimento da medida de segurança.....	830
4. Prazo de cumprimento da medida de segurança.....	831
5. Desinternação ou liberação condicional.....	834
6. Reinternação do agente	835
7. Medida de segurança substitutiva aplicada ao semi-imputável	835
8. Extinção da punibilidade e medida de segurança	837
9. Direitos do internado	837
10. Internação cautelar	838

Capítulo 46 – Ação Penal 839

1. Introdução	839
2. Condições da ação	840
2.1. Legitimidade das partes.....	840
2.2. Interesse de agir	841
2.3. Possibilidade jurídica do pedido	842
2.4. Justa causa	843
3. Espécies de ação penal	844
3.1. Ação penal de iniciativa pública	845

3.1.1.	Ação penal de iniciativa pública incondicionada.....	845
3.1.2.	Ação penal de iniciativa pública condicionada à representação do ofendido ou à requisição do Ministro da Justiça.....	845
3.1.3.	Princípios informadores da ação penal de iniciativa pública.....	846
3.2.	Ação penal de iniciativa privada.....	847
3.2.1.	Privada propriamente dita.....	847
3.2.2.	Privada subsidiária da pública	848
3.2.3.	Privada personalíssima	849
3.2.4.	Princípios informadores da ação penal de iniciativa privada	850
4.	Representação criminal ou requisição do Ministro da Justiça	851
5.	Ação penal no crime complexo	853
6.	Decadência do direito de queixa ou de representação, renúncia e perdão do ofendido	854

Capítulo 47 – Extinção da Punibilidade 855

1.	Introdução	855
2.	Morte do agente.....	858
3.	Anistia, graça e indulto	859
4.	Retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso	861
5.	Prescrição, decadência e perempção	863
6.	Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada.....	865
6.1.	Renúncia ao direito de queixa	865
6.2.	Perdão do ofendido	866
7.	Retratação do agente nos casos em que a lei a admite.....	868
8.	Perdão judicial, nos casos previstos em lei.....	869
8.1.	Perdão judicial no Código de Trânsito Brasileiro.....	871
8.2.	Perdão judicial e a Lei nº 9.807/99.....	873
8.3.	Perdão Judicial e a Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013).....	876

Capítulo 48 – Prescrição..... 877

1.	Introdução	877
2.	Natureza jurídica da prescrição	878
3.	Espécies de prescrição	878
4.	Prescrição antes de transitar em julgado a sentença.....	879
5.	Prescrição das penas restritivas de direitos	880
6.	Prescrição depois de transitar em julgado a sentença penal condenatória.....	880
7.	Momento para o reconhecimento da prescrição.....	882
8.	Prescrição retroativa e superveniente (intercorrente ou subsequente)	883
9.	Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final	886
10.	Termo inicial da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível	888

11. Prescrição da multa	890
12. Redução dos prazos prescricionais.....	891
13. Causas suspensivas da prescrição	893
14. Causas interruptivas da prescrição.....	897
14.1. Recebimento da denúncia ou da queixa.....	897
14.1.1. Recebimento da denúncia ou queixa na nova legislação processual penal	898
14.2. Pronúncia	902
14.3. Decisão confirmatória da pronúncia	903
14.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.....	904
14.5. Início ou continuação do cumprimento da pena.....	906
14.6. Reincidência.....	906
14.7. Efeitos da interrupção	907
15. Prescrição no concurso de crimes.....	908
16. Prescrição pela pena em perspectiva (ideal, hipotética ou pela pena virtual)	909
17. Prescrição e detração	910
18. Imprescritibilidade	911

Referências	913
--------------------------	------------

Índice Remissivo	937
-------------------------------	------------